

Ensaio Especial

O “Liberalismo” de Groen van Prinsterer e Kuyper¹

Lucas G. Freire²

1. Múltiplos liberalismos

A tradição liberal clássica foi muito mais diversa até meados do século XIX do que em anos mais recentes. A partir daquela época, as duas vertentes principais do liberalismo clássico se bifurcaram.

F. A. Hayek, um dos intérpretes mais perceptivos da história do liberalismo clássico, chamou uma dessas vertentes de “racionalista” e a outra de “anti-racionalista”. É possível afirmar que a própria contribuição original de Hayek como filósofo e teórico da ordem social consiste justamente em tentar resgatar e atualizar para o século XX a vertente anti-racionalista.

O tipo de liberalismo que prevaleceu até hoje, no entanto, apesar de híbrido, tem traços muito mais marcados de racionalismo. Na descrição do próprio Hayek em seu ensaio “Freedom, Reason, and Tradition”, de 1958, o liberalismo racionalista se marca por um ranço “individualista”, “especulativo”, “doutrinário” e por uma esperança “utópica” de romper com a sociedade existente para implementar valores

¹ Este artigo resume partes da tese desenvolvida academicamente no artigo “Abraham Kuyper and Guillaume Groen van Prinsterer as Anti-Rationalist Liberals”, publicado no periódico *Journal of Church and State* em 2021. As diversas citações que documentam em detalhe o argumento, bem como os passos do desenvolvimento da tese, não podem ser reproduzidos na sua totalidade para não quebrar o acordo com a editora. Os interessados na leitura da versão integral do artigo podem encontrá-lo no link permanente em <https://doi.org/10.1093/jcs/csaa029>. Registro agradecimentos ao Dr. Jordan J. Ballor, editor geral do projeto de tradução das obras de Abraham Kuyper, pelos comentários feitos ao trabalho original.

Nota: Uma discussão gravada do artigo abaixo pode ser acessada em:

https://www.youtube.com/watch?v=Hzg6V_MohBg

² Doutor em Política pela Universidade de Exeter (Reino Unido). Pós-doutor pela North-West University (África do Sul). Especialista em línguas do antigo Oriente. Atualmente é professor no Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e na Associação Reformada de Cultura e Ação Política.

liberais baseados em uma visão ingenuamente otimista do progresso, da razão e da natureza humana.

Representantes contemporâneos dessa tradição racionalista seriam Ayn Rand e Steven Pinker. Representantes clássicos são figuras ligadas ao liberalismo da Revolução Francesa, bem como J. S. Mill.

Já o liberalismo anti-racionalista rejeitava o *laissez-faire* (estritamente falando), considerava a razão míope, tinha uma visão mais prudente sobre as vantagens e desvantagens da mudança social radical, entendia o valor da história e da tradição, e rejeitava o individualismo radical. Afinal, todos nós vivemos em comunidade, dentro de uma cultura, herdando e transmitindo lições e práticas valiosas que nossos antepassados nos legaram. Utopias ou rupturas radicais devem ser vistas com suspeita. Por isso, o valor dos múltiplos ordenamentos orgânicos (ou “espontâneos”) e do conhecimento fragmentário e tradicional que cabia aplicar à vida política e social de uma nação era explicitamente reconhecido por essa tradição.

Hayek citou Alexis de Tocqueville e Edmund Burke como expoentes do liberalismo anti-racionalista, reiterando como esses autores do século XIX refinaram a visão de seus antecessores empiristas do Iluminismo escocês, como Adam Ferguson e Adam Smith.

O período de separação mais clara do liberalismo clássico nas duas vertentes contraditórias, no meio do século XIX, coincide, também, com o início de um movimento intelectual e político cristão europeu que, cem anos depois, veio a se fundir com o projeto da democracia cristã. Trata-se do movimento anti-revolucionário holandês.

2. Os anti-revolucionários

Dada a divisão da tradição liberal e sua importância na formação histórica e cultural europeia, não é surpresa que, nas suas décadas de consolidação, o movimento anti-revolucionário tenha interagido mais positivamente com algumas vertentes liberais e bastante criticamente com outras.

Em particular, Guillaume Groen van Prinsterer (1801–1876) e Abraham Kuyper (1837–1920), dois pioneiros anti-revolucionários na Holanda, merecem ser estudados

na sua interação com o liberalismo clássico como os articuladores de maior impacto intelectual na teoria política da fase inicial desse movimento.

Simplesmente classificar Groen e Kuyper como conservadores ou liberais não me parece fazer justiça à intenção declarada do seu projeto intelectual, inclusive porque ambos apresentam críticas fortes à variedade racionalista do liberalismo e também a certas vertentes conservadoras que defendiam o Antigo Regime. Como escrevi em “Abraham Kuyper and Guillaume Groen van Prinsterer as Anti-Rationalist Liberals”:

A crítica feita pelos dois foi um [importante] elemento acessório na sua rejeição da cosmovisão por trás das ideias da Revolução Francesa. Porém, sua principal preocupação, como cristãos comprometidos e de persuasão reformada, foi oferecer uma articulação fiel do pensamento político cristão interagindo com as questões da época.

E, obviamente, não só o liberalismo ou o conservadorismo foram alvos das críticas de Groen e Kuyper. Particularmente o socialismo, o comunismo e a social-democracia foram também seriamente denunciados por ambos os autores, que os ligaram - diga-se de passagem, juntamente com o liberalismo racionalista (nas palavras de Kuyper, “liberalismo mais doutrinário”) - à mentalidade revolucionária e humanista da época.

Não obstante, a proposta de uma alternativa cristã foi articulada por Groen e Kuyper com elementos da tradição liberal anti-racionalista e com uma simpatia abertamente declarada por representantes importantes daquela tradição. Isso explica a forma original como os dois anti-revolucionários holandeses foram críticos do liberalismo amplamente concebido (juntamente com outras ideologias da época), ao mesmo tempo em que contribuíram com o desenvolvimento e avanço de ideias liberais clássicas no sentido anti-racionalista.

3. Groen: contra o individualismo, o estatismo e o racionalismo humanista

Groen van Prinsterer que, antes do seu ativismo político havia sido historiador da família real, inevitavelmente escreve sobre as questões da época levando em conta os desenvolvimentos históricos de longo prazo. Em *Le parti Anti-revolutionnaire*, um panfleto de 1860, Groen declara sua ênfase na tradição e continuidade orgânica das ideias, instituições e da cultura. Ecoando Burke, François Guizot e outros liberais anti-racionalistas, ele diz: “creio que cada noção ligada ao futuro tem raiz no

passado”. A Revolução Francesa, com sua defesa utópica de uma ruptura radical, ignora que “direitos históricos ... eram respeitados como os frutos que amadureceram devagar dos princípios de justiça que ... sujeitam a massa disforme dos fatos e circunstâncias em sua ... influência purificadora.”

Em suas preleções sobre *Incredulidade e Revolução*, de 1847, Groen fala sobre o que fora perdido com a tragédia jacobina. Citações de Burke e, agora, de Tocqueville em suas análises da Revolução permeiam essa obra. A tradição europeia de governo limitado havia reconhecido, ao mesmo tempo, o direito divino do governo civil e o princípio da autoridade limitada, com “todo mundo limitado à sua esfera de competência”. Ao longo dos séculos, uma rica malha social de famílias, corporações e estamentos havia se desenvolvido. Cada uma dessas associações, interdependentes que fossem, tinham uma lógica e lugar próprios e apresentavam uma organicidade de vínculos internos de solidariedade e autoridade.

Embora houvesse abusos no Antigo Regime (daí a crítica de Groen aos conservadores), a Revolução rompeu com tudo o que era positivo e instituiu, segundo a crítica de Groen em 1860, uma ordem radicalmente individualista, com seu ímpeto que “destrói a igreja e o estado, sociedade e família, produz a desordem sem sequer estabelecer a liberdade ou restaurar a ordem moral”.

O resultado foi um estado totalitário, que, dentre outras coisas, passou a desrespeitar a propriedade privada em nome do bem comum e da vontade geral da nação. Nas suas preleções sobre a Revolução, Groen liga esse desenvolvimento diretamente à teoria liberal. A essa altura, isso não nos surpreende. Trata-se de uma crítica ao liberalismo racionalista. Groen continua sua crítica, rejeitando a visão de que uma nova ordem pode ser projetada com base em uma fé otimista no progresso e na razão humana, removendo os contrapesos ao poder e à centralização estatais. Referindo-se à Confissão Belga, Artigo 14, ele escreve: “Nós crentes sabemos que o homem é inerentemente inclinado ao mal”.

Essa suspeita em relação à natureza humana, compartilhada com os autores anti-racionalistas da época e também com os autores do liberalismo clássico escocês, leva a algumas implicações: primeiro, não é possível ter uma fé cega no poder da razão de reinventar uma nova ordem social ignorando o ordenamento que emergiu espontânea e gradativamente da continuidade histórica. Segundo, é justificada a preocupação em manter os freios tradicionais e institucionais ao uso do poder. Terceiro, em pontos específicos, é urgente enfatizar a necessidade de se limitar o poder do estado e de restaurar a força das associações intermediárias. É nesse

sentido que Groen propõe dissociar, até onde seja possível, a educação do estado, bem como libertar a igreja dos ditames estatais, embora na sua visão devesse haver não uma separação estrita entre igreja e estado, mas um reconhecimento de que a ordem vigente era especificamente cristã.

4. Kuyper: esferas de soberania e governo limitado

Visto como herdeiro legítimo da liderança intelectual do movimento anti-revolucionário, Kuyper contribuiu para consolidar a teoria política ainda em formação e adaptá-la às novas condições do final do século XIX e começo do XX. Em Groen, uma tese central era de que ideias importam, e por trás dessas ideias há um sistema religioso que pode ser ou rebelde ou fiel ao Deus vivo. Fica clara a necessidade de os crentes se organizarem em contraposição a um sistema apóstata. Já em Kuyper, as teses tendem a ser mais positivas no sentido de se construir uma explicação positiva e derivações normativas da leitura cristã e reformada da realidade política e social.

Fazendo coro aos anti-racionalistas e a Groen, Kuyper reafirma o princípio de continuidade histórica orgânica. No seu comentário de 1880 à plataforma do Partido Anti-Revolucionário, o autor mostra que cada geração nasce já herdando um sistema de valores e instituições que não pode ser simplesmente redesenhado sem um risco temerário de desastre. Isso não quer dizer que não deva haver progresso, desde que gradual e seguro. Por exemplo, na questão eclesiástica Kuyper rompe com Groen e boa parte dos conservadores da sua época ao defender uma separação da igreja e estado que seja inclusive refletida em uma alteração do Artigo da Confissão Belga das Igrejas Reformadas que tratava do assunto.

Boa parte da teoria política de Kuyper e de suas derivações práticas gira em torno do conceito de “soberania das esferas”. Se Deus é o único Soberano Absoluto, então qualquer “soberania” terrena é relativa ao seu escopo específico de autoridade legítima. Por isso, diz Kuyper em suas famosas *Stone Lectures* proferidas na América em 1898, “nós entendemos ... que a família, os negócios, a ciência, a arte, etc. são todas esferas sociais que não devem sua existência ao estado, e que não derivam a sua lei da supremacia do estado, mas obedecem a uma autoridade mais alta no seu seio”.

Aqui, mais uma vez, fica revelado o caráter não-individualista da ênfase em associações intermediárias que positivam cada uma dessas esferas. Isso é normativo,

pois, na visão kuyperiana, a separação das esferas é ordenança divina para o bom funcionamento da vida social. O governo civil existe em paralelo, e não acima, dessas esferas. Seu dever deve ser limitado à aplicação da justiça e, no nível nacional, a manter o povo como uma unidade. Fazer o contrário disso, ao estilo do totalitarismo da Revolução Francesa, seria transformar o estado em um “polvo” que, com seus tentáculos, interfere em cada aspecto da vida.

A descrição que Kuyper faz da malha social como algo orgânico nos remete a Tocqueville, autor que é citado por nome em alguns de seus escritos. E a noção burkeana do valor da tradição e da historicidade é por vezes favoravelmente evocada. Todavia, essas alusões não colocam Kuyper no grupo conservador. Ao mesmo tempo em que escrevia dessa forma, Kuyper e seu movimento eram atacados, até dentro das Igrejas Reformadas, por desejar mudanças importantes pautadas por ideias liberais anti-racionalistas.

5. Ilustrações e exemplos

Algumas das implicações dos posicionamentos de Groen e Kuyper marcaram um ímpeto nos primórdios do movimento anti-revolucionário holandês no sentido de diminuir e conter o poder estatal, por um lado e, por outro, de aumentar o acesso à vida pública por parte de segmentos oprimidos da população na busca de maior igualdade dentro de um contexto de império da lei.

Groen e Kuyper batalharam para abrir espaço para a educação privada e confessional. Primeiro, houve uma demanda no sentido de legalizar essa possibilidade, uma vez que a mentalidade e as políticas públicas revolucionárias da época haviam barrado o ensino privado centralizando o sistema educacional debaixo do governo. Depois, a campanha foi para que o governo devolvesse parte dos impostos às famílias que usavam a educação privada e confessional em um sistema que lembra ligeiramente a proposta contemporânea de vouchers educacionais.

Eventualmente, inclusive uma universidade - a Universidade Livre de Amsterdã - foi criada para refletir melhor, no ensino superior, a noção de soberania das esferas. A ciência e o ensino superior deveriam estar livres tanto da influência indevida do estado como do controle da igreja institucional.

A separação entre igreja e poder público também foi alvo de uma campanha por parte dos anti-revolucionários, lembrando que no início do século XIX o estado

contava com uma projeção de poder dentro da igreja nacional e podia indicar os pastores das congregações locais. Isso abriu espaço para a infiltração de ideias iluministas e do liberalismo teológico nas igrejas. Embora com as rupturas dentro das federações de igrejas a ideia de uma igreja nacional tenha sido enfraquecida, foi somente em 1905 que a Confissão Belga das Igrejas Reformadas foi alterada para refletir melhor o princípio de soberania das esferas - e não sem controvérsias por parte dos conservadores.

Kuyper, que era admirador de estadistas contemporâneos como William Gladstone, se mostra favorável a uma noção liberal que ele chama, em um panfleto de 1895, de “menos doutrinária” em contrapartida ao liberalismo racionalista. Nesse panfleto, intitulado “Calvinism: The Origin and Safeguard of Our Constitutional Liberties”, Kuyper argumenta de modo a distinguir entre o liberalismo nocivo e humanista da Revolução Francesa e o projeto de governo limitado e liberdades comunitárias e individuais que, segundo ele (e com algum exagero), são derivadas da influência da fé reformada na civilização ocidental.

É possível ver aplicações práticas de princípios liberais anti-racionalistas na discussão de políticas públicas em Groen e Kuyper.

Por exemplo, embora Kuyper se mostre aberto a um papel do governo civil para lidar com questões de saúde pública, principalmente em uma emergência, ele veementemente nega a legitimidade de campanhas de vacinação obrigatória para imunizar a população. É interessante reparar na sua argumentação o caráter anti-racionalista: “nossos médicos podem estar enganados e o governo jamais deve certificar uma opinião médica em particular como ortodoxa e, portanto, vigente”, escreve Kuyper em *Ons Prograam*. E, mais adiante: “O governo não deve tocar nos nossos corpos” e “o governo deve respeitar quem se recusa por questão de consciência”. Porém, mais interessante ainda é a reflexão que ele faz sobre a exigência de vacinar as crianças nas escolas: “A forma de tirania oculta nessas ... vacinas é uma ameaça tão real aos recursos espirituais da nação como seria até mesmo uma epidemia de varíola”.

Groen lutou contra a centralização e a burocratização do governo holandês nas mãos de simpatizantes do sistema napoleônico revolucionário. Em *Ons Program*, Kuyper denuncia a centralização do poder como “violação das ordenanças que Deus deu para as nações e famílias”. Isso é uma linguagem forte para defender um princípio federalista de devolução de poder ao nível local contra um estado “todo-competente, todo-inclusivo e todo-corrompedor”.

Ao falar da questão social, talvez Kuyper inove mais que Groen e rompa mais com os conservadores da época. O sufrágio limitado, bem como as regulações que mantêm barreiras à entrada e obstáculos à vida nacional contra os mais fracos devem ser derrubados. A necessidade de uma reforma na “estrutura arquitetônica” da sociedade era um ponto compartilhado com o liberalismo da vertente anti-racionalista. Porém, reforma não significaria redesenhar utopicamente a sociedade. “O fanático pela onipotência governamental”, comenta Kuyper em *Ons Program*, “não está buscando o alvo moral de proteger os fracos, mas tem o objetivo doutrinário de remodelar a sociedade conforme um modelo ideal”. Aqui, a noção racionalista de planejamento de um sistema à busca da igualdade e fraternidade é rechaçado.

Groen e Kuyper se lamentaram que o estado havia tomado das igrejas o papel de trazer ajuda aos necessitados. Nos seus escritos, as igrejas são criticadas por sua omissão e por terem dado espaço às instituições de caridade. Essas, por não terem dado conta da tarefa, delegaram em momento posterior a ajuda aos pobres para o estado. Kuyper precisa criticar, no seu discurso de 1891 sobre a questão social, tanto o descaso das igrejas e dos supostos conservadores e liberais como o estatismo dos socialistas e social-democratas. Aqui, ele mais uma vez reflete a ênfase do liberalismo anti-racionalista no papel da pluralidade de esferas sociais. De um lado, o individualismo exacerbado apagou o papel da igreja e de outras associações intermediárias no alívio da questão social. De outro, o estatismo usurpou ilegitimamente a honra e o dever da igreja de trazer glória a Cristo por meio da atuação da sua diaconia ao cuidar dos pobres, enfermos e viúvas.

Comentários finais

Os exemplos e ilustrações acima dão uma ideia mais ampla de como exatamente as contribuições de Groen e Kuyper manifestam em pontos específicos uma rejeição ao liberalismo racionalista, um diálogo cuidadoso com a tradição anti-racionalista, uma tensão com movimentos mais à direita como o conservadorismo do Antigo Regime e uma crítica a ideias e políticas públicas estatizantes e centralizadoras.

Outros detalhes e uma argumentação mais técnica podem ser encontrados no meu artigo já citado, que apresenta um estudo voltado para a comunidade acadêmica. O

que não tive a oportunidade de incluir naquele estudo foram três observações com as quais desejo concluir esta apresentação do tema.

A primeira delas é que, em muitas das ideias e políticas públicas, os herdeiros do movimento anti-revolucionário holandês no século XXI já se distanciaram da visão anti-racionalista e se aproximam tanto do liberalismo racionalista, por um lado, como da social-democracia, por outro. As novas agendas refletidas nas plataformas da Christen Unie e do CDA, os dois principais partidos holandeses que mantêm vivo o movimento anti-revolucionário, denotam uma interação complexa dentro do movimento mais amplo da democracia cristã europeia. Obviamente, boa parte das igrejas “reformadas” na Holanda, e da própria cultura nacional refletem não mais a cosmovisão cristã e sim o humanismo secularista que ganhou espaço na vida nacional a partir principalmente da II Guerra Mundial. Porém, creio que só um futuro estudo mais detalhado poderá contar a história dessa ruptura interna ao movimento anti-revolucionário.

Em segundo lugar, seguindo esse desenvolvimento, boa parte da tradição neocalvinista, derivada do movimento anti-revolucionário (mas não idêntica a ele), também se distanciou de elementos da ortodoxia teológica reformada e principalmente do espectro político negociado intelectualmente por Groen e Kuyper. Isso aconteceu na medida que o neocalvinismo ganhou terreno internacional, sendo adaptado de formas originais no Reino Unido, na América do Norte e na África do Sul. Mudança é natural em uma tradição de pensamento. Argumentar o contrário seria uma forma de reducionismo ao aspecto teórico da tradição na hora de interpretá-la. Ao mesmo tempo, essa observação não esgota o assunto, mas apresenta uma questão para estudos futuros.

Em terceiro lugar, parece também natural que algumas ideias defendidas por Groen e Kuyper tenham de ser modificadas por qualquer movimento que se disponha a aplicar a visão anti-revolucionária cristã à política brasileira. Nossa cultura e história são diferentes. As coalizões possíveis com o que já existe por aqui é diferente. Os assuntos em pauta são diferentes. Tudo isso vai certamente levar a novos desenvolvimentos criativos na tradição, uma vez que suas ideias sejam transpostas para o contexto brasileiro.

O importante da minha contribuição com este estudo, penso eu, é que ele destaca o caráter anti-racionalista do movimento anti-revolucionário na sua raiz. Será importantíssimo pensar sobre isso, principalmente quando os interessados em Groen e Kuyper no nosso país vivem em um ambiente onde o poder centralizador

do estado está montado para distribuir privilégios e acesso assimétrico aos centros de poder. Ele é visto como uma ferramenta, pela esquerda e pela direita, de se fazer o bem, de cima para baixo. Nossa esquerda e nossa direita mostram muito daquele ranço racionalista criticado por Groen, Kuyper e - por que não?, Hayek e tantos outros. Seria culpa do positivismo? Da cultura nacional? É possível romper com esse legado sem maiores consequências negativas? Essas colocações deveriam paralisar, ainda que temporariamente para fins de maior reflexão, aquele que pensa encontrar em uma tradição específica de pensamento todas as respostas aos nossos males sociais.